

Sob tensão, Alerj vota hoje alta de alíquota previdenciária

Casa será cercada por 500 policiais e agentes da Força Nacional

CARINA BACELAR

carina.gomes@oglobo.com.br

Hoje será um dia decisivo para os servidores do estado. A previsão é que, às 15h, a Assembleia Legislativa comece a votar o aumento da alíquota previdenciária do funcionalismo, de 11% para 14% (e de 22% para 28% da contribuição patronal, que passaria a ser de responsabilidade de todos os poderes). Ontem, o dia terminou sem definição sobre que emendas devem entrar no texto: não houve tempo para discuti-lo no Colégio de Líderes, que se reúne novamente hoje, às 11h. O embate entre governo e oposição marcou a reunião de líderes partidários e a sessão plenária ontem, ainda que os projetos discutidos fossem menos polêmicos. As bancadas de PSOL, PSDB, Rede, PSC e alguns deputados do DEM, PDT, PR e PT também já anunciaram que vão votar contra a elevação da alíquota.

Volta à Casa hoje o aparato de segurança visto no começo do ano, durante uma sequência de protestos de servidores. Segundo a assessoria da Casa, o perímetro ao redor do Palácio Tiradentes será fechado com grades e cercado por 500 policiais militares e agentes da Força Nacional. O Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado promete um protesto para 13h, na porta da Alerj.

DEPUTADO PETISTA É PUNIDO

Por volta de 20h30m da noite, depois de uma reunião da base do governo, ficou acertado que será incluída no projeto previdenciário pelo menos uma proposta, dos deputados Cidinha Campos e Luiz Martins, do PDT, determinando que o acréscimo na alíquota só comece a vigorar depois que os salários, aposentadorias e pensões forem colocados em dia pelo estado.

Com vários partidos rachados para a votação de hoje, o PT anunciou, ontem,



MÁRCIO ALVES/20-02-2017

Expectativa. Governo estadual acredita que terá de 39 a 42 votos a favor da nova alíquota

punição para o deputado André Ceciliano, que vem presidindo interinamente as sessões e declarando abertamente que vai votar com o governo pela aprovação do aumento da taxa de servidores. Os demais deputados da sigla são contrários ao projeto. O diretório estadual afirma que suspendeu os direitos partidários do parlamentar e sua filiação por seis meses, e abriu um procedimento na Comissão de Ética “para apurar a desobediência e propor medidas cabíveis”.

Ceciliano, por nota, afirmou que vai se defender “e argumentar que dois estados governados por petistas — Piauí e Ceará — já aprovaram aumento de alíquota previdenciária, de 11% para 14%, sem nenhum questionamento do partido”.

Outro caso de “partido com dissidentes” é o DEM, que integra a base do governo, mas cujos deputados Jorge Felipe

Neto e Samuel Malafaia já disseram que vão votar contra o aumento:

— Esses dois já se posicionaram como oposição ao governo. É um direito deles — reagiu Milton Rangel, líder do partido.

Líderes da base do governo estimam ter de 39 a 42 votos hoje. Já a oposição, que é minoria, aposta no adiamento da discussão. Ontem, o deputado Marcelo Freixo, do PSOL, disse que uma das estratégias seria recorrer ao regimento interno: está vencendo o prazo para a Assembleia apreciar vetos do governador Luiz Fernando Pezão a projetos de lei aprovados na Casa. Se colocados em votação, trancariam a pauta. Uma saída parecida com a adotada pela oposição antes da votação que autorizou a venda da Cedae, em fevereiro.

Ontem, o governo aprovou, com margem apertada de 37 votos a 26, o projeto de lei que estende até o fim de 2018 o estado de calamidade. ●